



XXI ENANCIB

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

50 anos de Ciência da Informação no Brasil:
diversidade, saberes e transformação social

Rio de Janeiro • 25 a 29 de outubro de 2021

XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXI ENANCIB

GT 6 – Informação, Educação e Trabalho

JUSTIÇA PARA QUEM? JUSTIÇA SOCIAL, INFORMACIONAL, RACIAL E DE GÊNERO EM BIBLIOTECAS

JUSTICE FOR WHOM? SOCIAL, INFORMATIONAL, RACIAL AND GENDER JUSTICE IN LIBRARIES

Franciéle Carneiro Garcês da Silva – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Dirnéle Carneiro Garcez – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Nathália Lima Romeiro – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Priscila Rufino Fevrier - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Ana Paula Meneses Alves - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Este artigo possui como objetivo a propositura inicial de um modelo teórico de Competência em Informação para a justiça social em bibliotecas e unidades de informação, orientada pela discussão de justiça informacional, social, racial e de gênero dentro destas ambiências informacionais, a partir de teóricos e pesquisadores do campo biblioteconômico-informacional e correlatos. Enquanto fundamentação teórica, esta investigação está estruturada em cinco partes, a saber: os procedimentos metodológicos desta pesquisa, no qual apresentamos a natureza desta investigação; seguidos da conceituação de justiça social nas sociedades; posteriormente, a discussão teórica-conceitual sobre injustiça e justiça informacional, social, racial e de gênero em bibliotecas e unidades informacionais; e, por fim, apresentamos como uma das alternativas para atingirmos as metas da equidade e justiça social, um modelo teórico baseados nos estudos da Competência em Informação e suas contribuições iniciais para a discussão.

Palavras-chave: justiça informacional; justiça racial; justiça social; justiça de gênero; biblioteca; competência em informação.

Abstract: This article aims to propose an initial theoretical model of Information Competence for social justice in libraries and information units, guided by the discussion of informational, social, racial and gender justice within these informational environments, from theorists and researchers of the librarianship-informational and related fields. As a theoretical foundation, this investigation is structured in five parts, namely: the methodological procedures of this research, in which we present the nature of this investigation; followed by the conceptualization of social justice in societies; later, the theoretical-conceptual discussion on informational, social, racial and gender injustice and justice in libraries and informational units; and, finally, we present, as one of the alternatives to achieve the goals of equity and

social justice, a theoretical model based on the studies of Information Literacy and its initial contributions to the discussion.

Keywords: informational justice; racial justice; social justice; gender justice; library; information literacy.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, uma série de eventos internacionais e nacionais como o movimento *Black Lives Matter*, que em 2020 teve grande repercussão devido à morte de George Floyd; a pandemia de COVID-19 e o maior impacto nas populações marginalizadas; o genocídio de população negra e periférica pelas forças policiais e estatais, dentre outros, incitaram a insurgência de vozes com as pautas dos direitos humanos e justiça social, racial, de gênero e informacional.

Historicamente, o racismo esteve presente dentro de diversos setores e instituições da sociedade, e a na biblioteca não é diferente. Concebido como uma ideologia supremacista branca, o racismo é um constructo social mantido pelo grupo racial branco dominante para hierarquizar, subordinar, explorar e exterminar as populações não-brancas. O racismo, em conjunto com a branquitude, machismo, patriarcalismo, eurocentrismo e colonialidade (constituída em suas esferas do saber, ser e poder), atingiu os espaços de produção, disseminação, organização e promoção ao acesso à informação: as bibliotecas, as quais se tornaram, ao longo do tempo, espaços propagadores da normatividade racial branca (HONMA, 2005; SCHLESSELMAN-TARANGO, 2016). Embora seja uma demanda há muito reivindicada, os movimentos intelectuais e ativistas de pessoas bibliotecárias negras, latinas, asiáticas e de pertencimentos étnico-raciais não brancos, assim como de mulheres e população LGBTQIA+, têm refletido criticamente sobre direitos humanos, justiça racial e social dentro do ensino superior, organizações, bibliotecas e unidades informação.

Para este trabalho, nossa perspectiva de interlocução parte do entendimento de que a justiça social tem relação com as esferas sociais e cotidianas da vida de um sujeito em sociedade, e englobam aspectos que vão desde o acesso a direitos básicos como educação e saúde até a tomada de decisões políticas que interferem em sua realidade social (MATHIESEN, 2015). Como as sociedades são transpassadas e construídas a partir de uma estrutura hierárquica na qual o discurso do grupo racial hegemônico domina e constrói narrativas que colocam povos e grupos sociais racializados em lugares de subordinação, buscamos refletir sobre a justiça social em suas facetas interseccionais: informação, classe, raça e gênero.

Enquanto pergunta direcionadora da pesquisa, questionamos: A Competência em Informação pode contribuir na promoção da justiça informacional, social, racial e de gênero em bibliotecas e unidades de informação? Nesse sentido, esta pesquisa possui como objetivo a propositura inicial de um modelo teórico de Competência em Informação para a justiça social em bibliotecas e unidades de informação, orientada pela discussão de justiça informacional, social, racial e de gênero dentro destas ambiências informacionais, a partir de teóricos e pesquisadores do campo biblioteconômico-informacional e correlatos.

Para tanto, esta investigação está estruturada em cinco partes, a saber: os procedimentos metodológicos desta pesquisa, no qual apresentamos a natureza desta investigação; seguidos da conceituação de justiça social nas sociedades; partimos posteriormente para a discussão teórica-conceitual sobre injustiça e justiça informacional, social, racial e de gênero em bibliotecas; e, por fim, apresentamos como uma das alternativas para atingirmos as metas da equidade e justiça social, um modelo teórico baseado nos estudos da Competência em Informação (CoInfo) e suas contribuições iniciais para a discussão.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo trata-se de uma investigação teórico-crítica que aborda a natureza da justiça sob o enfoque informacional, social, racial e de gênero no contexto das bibliotecas e unidades de informação. Para tanto, está constituído a partir de artigos, livros, capítulos de livros e demais materiais informacionais oriundos da literatura científica em Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), assim como Filosofia, Estudos Étnicos, Estudos Africanos, Estudos de Gênero, Estudos Feministas e Mulheristas. A partir da estrutura conceitual e ferramentas teóricas de justiça informacional, de Mathiesen (2015), de justiça social (MEHRA, 2010; 2015) e de justiça de gênero e justiça racial (AUSTIN, 2018; 2019; HONMA, 2005) buscamos o diálogo com a CoInfo e propomos uma discussão inicial, a partir da proposição de um modelo teórico, para refletir sobre como esse campo pode promover a justiça social em suas amplitudes de interconexões.

3 CONCEITUANDO A JUSTIÇA SOCIAL NAS SOCIEDADES: JUSTIÇA DISTRIBUTIVA, PARTICIPATIVA E DE RECONHECIMENTO

O termo *justiça social* é comumente utilizado pela esfera jurídica quando é aplicado para se referir ao gerenciamento e à manutenção de leis justas para todas as pessoas em sociedade. Além disso, se refere ao tratamento recebido que se pressupõe ser equitativo e justo (MEHRA, 2015). Atualmente, a justiça social está vinculada a tradições como a católica, a qual promove a

ética personalista que entende as pessoas como componentes da família humana, assim como as filosofias comunitárias como a Ética Feminista do Cuidado e da Filosofia Africana Ubuntu, que incentivam valores com a solidariedade, as conexões humanas em comunidade e o cuidado uns com os outros (LA PEÑA MCCOOK, 2001; MURITHI, 2006; MATHIESEN, 2015). Dessas perspectivas, nasce uma orientação de justiça social que abarca as percepções desse constructo como uma questão de instituições sociais, bem como o entendimento de uma ética de solidariedade, respeito e cuidado pelas pessoas e comunidades dentro dessas instituições (MATHIESEN, 2015).

A justiça social se refere a cada pessoa obter chances e oportunidades para aproveitar sua vida em toda amplitude e usando seus talentos e habilidades (VINCENT, 2012). Dentro dos estudos em Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), a discussão sobre a justiça social é tema que desperta interesse de pessoas bibliotecárias e pesquisadoras. No entanto, ainda falta no campo um conjunto de ferramentas que direcionem como deve ser feita justiça social dentro da biblioteca, ensino e prática profissional a partir de pesquisadores do campo, assim como do olhar das pessoas que estão às margens da biblioteca e sociedades (MEHRA; ALBRIGTH; RIOUX, 2007). Enquanto elementos para uma agenda de justiça social, Bharat Mehra, Kendra S. Albright e Kevin Rioux (2007) entendem que há linhas teóricas as quais interligam princípios como justiça e equidade nas relações sociais; empoderamento das comunidades; impactos políticos, econômicos, culturais e ambientais; construção e desenvolvimento comunitário equitativo visando promover a igualdade e justiça social e empoderamento dos sujeitos e das comunidades; diversidade, multiplicidade e democracia na promoção de tomadas de decisão; mudanças realizadas para suprir as necessidades informacionais diárias dos grupos marginalizados e, por fim, o papel das tecnologias da informação e comunicação na capacitação de comunidades com o interesse de que sejam autônomas e atinjam suas metas e desejos. Conforme Kay Mathiesen (2015), há três abordagens típicas sobre a justiça social em BCI, a saber: a) abordagem referente às pessoas, povos e comunidades afetadas pela injustiça social; b) descrição e definição de justiça social e, c) estratégias que buscam alcançar a justiça social nos serviços oferecidos por bibliotecas e unidades de informação. Enquanto pesquisas realizadas no campo, elas se vinculam a uma série de abordagens que englobam desde direitos humanos (SAMEK, 1996; 2007; 2016; GORHAM; TAYLOR; JAEGER, 2016; MATHIESEN, 2016) às populações marginalizadas a partir do pertencimento étnico-racial (JOSEY, 1970; MORALES; KNOWLES; BOURG, 2014), ao seu gênero (VINCENT, 2012), orientação sexual (JOYCE; SCHRADER, 1997; MEHRA; BRAQUET, 2006, NAIDOO, 2014), dentre outros aspectos.

No que concerne à teoria da justiça social em BCI, suas raízes estão vinculadas às teorias filosóficas da justiça social. Caracteriza-se a partir da compreensão de que a justiça social é multifacetada e se desenvolve no campo sob um enfoque institucional que utiliza da ética do cuidado, da solidariedade e do respeito, e dos três elementos que compõe a justiça social: a distribuição, a participação e o reconhecimento (MATHIESEN, 2015).

Kay Mathiesen (2015) infere que a justiça informacional é conceito multifacetado que assume as pessoas e sua relação com a informação a partir de três abordagens: pessoas são buscadoras de informação, são fontes de informação e são sujeitos informacionais. Enquanto buscadoras de informação, para receberem tratamento justo, as pessoas necessitam acessar a informação de forma equitativa, o que se chama de *justiça distributiva*. Enquanto fontes de informação, as pessoas necessitam receber oportunidades iguais para participar na produção e fornecimento de conhecimento, o que é chamado de *justiça participatória*. E, por fim, para serem sujeitos informacionais, necessitam ser justamente representados no conjunto geral de informações, o que se chama de *justiça de reconhecimento*.

Dentro da biblioteca, a justiça informacional não se dá de forma distributiva, haja vista que historicamente a biblioteca é criada como um espaço *para e por* uma elite. A justiça distributiva concerne ao compartilhamento equitativo de recursos informacionais, benefícios, bens e responsabilidades com os sujeitos de uma sociedade (MILLER, 1999). No entanto, no que diz respeito aos recursos informacionais, o enfoque da justiça distributiva não se refere *per se* à equidade da informação como uma meta para o campo biblioteconômico-informacional, mas, sim, à garantia de “acesso à informação como um recurso sensível à capacidade, ao mesmo tempo em que entende o acesso como relacional e multifacetado” (MATHIESEN, 2015 p. 200, tradução nossa). Ademais, a distribuição justa de acesso à informação se relaciona à possibilidade de cada pessoa ter acesso suficiente para que possa exercer seus direitos e capacidades cidadãs básicas em uma sociedade (YOUNG, 2011; MATHIESEN, 2015). Enquanto isso, a justiça participatória enfoca na comunicação de diversos pontos de vista oriundos de pessoas, grupos e comunidades distintos. Tais pontos de vista devem ser considerados e incluídos nas tomadas de decisão relacionadas ao compartilhamento, disseminação e acesso aos recursos informacionais. No que concerne à justiça de reconhecimento, o conteúdo informacional sobre as diversas populações não-brancas, comunidades e sujeitos deve ser representativo, abordar de forma justa os aspectos históricos, sociais, educacionais, políticos dessas populações, assim como, suas contribuições para a construção da sociedade que fazem parte.

4 (IN)JUSTIÇA INFORMACIONAL, SOCIAL, RACIAL E DE GÊNERO EM BIBLIOTECAS E/PARA POPULAÇÕES MARGINALIZADAS

“Para que as bibliotecas continuem relevantes no próximo século, a covardia é um luxo que não podemos permitir.” (GIBSON *et al.*, 2017, p. 12)

A exclusão social possui múltiplas dimensões, as quais podem abranger desde a falta de acesso à informação, ao emprego, à educação, à representatividade, à reparação legal até a voz política representativa dentro da sociedade (PATEMAN; VICENT, 2010). Entendemos a exclusão de grupos como população não-branca, mulheres e população LGBTQIA+ como uma consequência da colonização consolidada pelas relações de poder entre classes e identidades de gênero e sexualidades consideradas dissidentes no sistema capitalista. Tais relações estabelecem dinâmicas em que determinados indivíduos ou grupos (comumente representados na figura do homem, cisgênero, heterossexual e de classe social abastada) exercem poder (social, trabalhista, intelectual, sexual) sobre outros, estabelecendo processos sistêmicos de violência como a misoginia, a LGBTQIA+fobia e o racismo (SEGATO, 2018). De acordo com Connel (2014, p. 14), “Justiça’ é, em primeira instância, uma reivindicação de reparação”. Nesse sentido, a justiça social “é uma reivindicação de reparação da desigualdade”. Por entendermos o gênero como uma estrutura dominante nas relações sociais, elencamos reivindicações feministas, mulheristas e de grupos identitários como o LGBTQIA+ como reivindicações de justiça social. Especialmente com a consolidação do patriarcado como sistema estrutural e estruturante de opressão.

Lerner (2019) destaca que o patriarcado não se trata de uma estrutura que surgiu de imediato, mas de um sistema fortalecido através de um longo percurso de dominação, no qual a geração de herdeiros, mão-de-obra e capital foram determinantes para estabelecer quais indivíduos devem e quais não devem fazer parte da sociedade, assim como determinou a importância destes indivíduos para o fortalecimento do sistema. As mulheres, por exemplo, foram usadas como as responsáveis pela reprodução humana, nesse sentido, a heterossexualidade e a heteronormatividade se tornaram essenciais para manutenção do sistema. Sendo assim, pessoas transgênero e de identidade de sexualidade diferente da heterossexual foram consideradas inessenciais, portanto, sem direitos, sem cuidado e sem políticas públicas específicas. Nesse sentido, Connel (2014, p. 29) aponta que

A construção das relações Sul-Sul não se refere apenas a uma busca por aquilo que é comum nas histórias de colonização e experiências atuais de subordinação. Esta construção apresenta-se também como um exame das diferenças na experiência histórica a partir do qual tanto a teoria quanto a prática podem aprender. E quanto mais progredirmos nesses esforços, maiores são as nossas chances de educar o Norte global.

Dessa forma, para alcançar a justiça social de gênero, por exemplo, é necessário que se ampliem teorias sociais sobre gênero e que essas discussões teóricas possam inspirar a criação de políticas sociais equânimes. Para que atenda às necessidades de grupos específicos deve-se realizar intersecções que contemplem as necessidades específicas da comunidade que reivindica a reparação, especialmente no eixo sul-sul.

Quando pensamos sobre representatividade de populações historicamente excluídas em bibliotecas e unidades de informação, ainda é necessário um aprofundamento em BCI sobre como a atuação bibliotecária não reconhece o poder do estado e das tendências científicas na manutenção da opressão dessas populações e da limitação do acesso à uma representatividade informacional significativa de mulheres, pessoas negras, indígenas, LGBTQIA+ em bibliotecas (AUSTIN, 2019). Conforme Amelia N. Gibson, Renate L. Chancellor, Nicole A. Cooke, Sarah Park Dahlen, Shari A. Lee e Yasmeeen L. Shorish (2017), infelizmente a atuação bibliotecária e a biblioteca ainda se encontram permeadas por estruturas políticas que promovem, em maior medida, a censura e exclusão, do que aquelas que consideram o trabalho de justiça social central para a Biblioteconomia. As estruturas criadas são políticas e organizacionais e não operam priorizando o trabalho antirracista como valores centrais da biblioteca (HUDSON, 2017). A existência da percepção de que a biblioteca é uma entidade neutra e apolítica promove a limitação do trabalho requerido para se fornecer acesso responsável, equitativo e inclusivo à informação, assim como restringe o desenvolvimento de habilidades, conversas dialógicas entre a comunidade e aqueles que criam serviços a serem oferecidos a elas e, por fim, nos serviços e produtos oferecidos para comunidades que defrontam como crises e distúrbios sociais (GIBSON *et al*, 2017).

A criação da biblioteca como um espaço neutro a exime de buscar formas de resolver problemas e as deficiências de informação que as comunidades enfrentam, haja vista a percepção de que a biblioteca e a profissão bibliotecária devem ser “apolíticas”. Ainda, a reivindicação da neutralidade profissional exime a pessoa bibliotecária de sua responsabilidade social e ética para a transformação social, educacional, econômica, política e de realidades de grupos excluídos e informacionalmente injustiçados nas sociedades. A assunção de uma pretensa neutralidade também afeta a esfera científica em Biblioteconomia, pois ignora a importância de se realizar estudos que documentem os efeitos do racismo, sexismo, LGBTQIAFobia e demais formas de exclusão dentro dos espaços da biblioteca, na academia e na profissão bibliotecária (BRANUM, 2008; GIBSON *et al*, 2017; SILVA, 2020).

A busca pela diversidade epistêmica nas esferas informacional, étnico-racial, de gênero e social requer uma abordagem ativa e crítica das pessoas bibliotecárias, as quais devem reconhecer

as influências do poder cultural, social, financeiro e político no acesso à e no comportamento da informação. Tal abordagem é necessária à Biblioteconomia para que promova o enfrentamento à invisibilidade da cor e das limitações de expressão e de cidadania promovidas pelas forças de poder, as quais estão presentes nas vidas de comunidades negras, indígenas, LGBTQIA+, mulheres e demais grupos marginalizados (HONMA, 2005; GIBSON *et al*, 2017).

Jeanie Austin infere que a opressão institucional não se refere somente a localizar textos e livros representativos nas estantes de bibliotecas, mas também engloba forças estruturais que demarcam a invisibilidade de pessoas negras, LGBTQIA+ e aquelas não-conformes com o gênero. Tais forças estruturais são constituídas pela falta de diversidade na publicação de materiais, normas culturais da biblioteca e a aplicação seletiva de tais normas, assim como o policiamento e vigilância constantes em pessoas usuárias de bibliotecas que são pertencentes às populações marginalizadas (AUSTIN, 2018; 2019). Nesse sentido, a autora estabelece que as pessoas bibliotecárias são responsáveis por moldar a percepção dos usuários (especialmente, os jovens) sobre a biblioteca ser uma instituição de exclusão ou de pertencimento para a população negra, LGBTQIA+ e a não-conforme com o gênero (AUSTIN, 2019). Para tanto, defende o uso de prática bibliotecária vinculada à justiça restaurativa, haja vista que está vinculada a uma abordagem crítica não só aos recursos informacionais existentes como também aos sistemas que historicamente promovem a opressão, a normatividade racial branca e de gênero na prática bibliotecária e na cultura da biblioteca. A prática tradicional das bibliotecas “restringe o ser corporificado” que se apresenta por meio do racismo e da anti-negritude. Essa restrição do corpo está presente, por exemplo, nas regras de acesso à biblioteca, as quais impõem baixos níveis de ruído, modos de comportamento, velocidade de fala e abstrações gestuais lidas como respeito ou desafio, e vão ao encontro de uma normatividade comportamental branca, cisgênero, heteronormativa e de classe média (AUSTIN, 2018; 2019).

Dessa forma, combater as injustiças sociais, informacionais, raciais e de gênero dentro das bibliotecas e da profissão bibliotecária requer combater a falácia da neutralidade profissional e da biblioteca, assim como assumirmos o compromisso social, ético e democrático para que a desconstrução de um comportamento profissional que ainda atende ao sistema opressor se desmantele (HORTON; FREIRE, 1990; GIBSON *et al*, 2017). Se apegar à filosofia daltônica de neutralidade somente permitirá que a biblioteca se afaste de comunidades historicamente marginalizadas e excluídas de seus espaços e do acesso à informação, ao mesmo tempo em que corrobora com os contextos histórico e social que as colocaram no lugar de marginalização (GIBSON *et al*, 2017). Ademais, precisamos entender que o acesso à informação é algo político,

assim como a biblioteca e seus recursos informacionais nas coleções e acervos representam e atendem uma estrutura criada para atender aspirações do padrão colonial-patriarcal-eurocentrista-capitalista-hegemônico de poder (IVERSON, 2004) enquanto domina, subordina e explora aqueles grupos étnico-raciais e de gênero que não conformam à sua aspiração de mundo.

Como alternativa para aplicação da justiça social, Kevin Rioux (2014) aponta a ColInfo como sugestão para orientar a justiça social no ensino, profissão e bibliotecas. A partir desta perspectiva, nos concentramos na próxima seção em dialogar e propor, a partir do olhar da ColInfo, formas de inclusão da justiça informacional, social, racial e de gênero nas bibliotecas brasileiras.

5 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E A PROMOÇÃO DA JUSTIÇA INFORMACIONAL, SOCIAL, RACIAL E DE GÊNERO EM BIBLIOTECAS

Para refletir ColInfo no contexto da amplitude de justiça apresentada no decorrer desse trabalho, ou seja, como um caminho para a inclusão da justiça informacional, social, racial e de gênero nas bibliotecas brasileiras, partimos de reflexões freirianas. Ao apresentar a pedagogia do oprimido, o grande educador e filósofo brasileiro, a introduz por:

[...] aquela que tem que ser forjada *com* ele e não *para* ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará em seu engajamento necessário na luta por libertação, em que esta pedagogia se fará e refará. (FREIRE, 2013, p. 17).

Freire (2013) dá seguimento ao trecho retratando um aspecto muito importante da pedagogia libertadora: que os oprimidos, tendem a ser opressores. O caminho para superar a situação opressora é o reconhecimento crítico dessa situação, para levar a sua situação transformadora e ao querer ser mais. Com base nas constatações freirianas, tomamos a liberdade de distinguir a ColInfo que não consideramos adequada a essa proposta de discussão: àquela das vertentes e dos discursos de um processo capaz de formatar pessoas para saber utilizar a informação de maneira correta, e que normalmente atende demandas de uma sociedade capitalista neoliberal, contrapondo “sujeitos incompetentes” aos “sujeitos competentes”, por adotar parâmetros sem a devida crítica, não atentar ao conhecimento do contexto dos sujeitos e da realidade que os cercam. Nesta perspectiva, aventamos, de maneira inicial neste estudo, um modelo teórico, disposto na Figura 1, no qual entrevemos, a partir de um olhar analítico, a ColInfo como um processo de ensino-aprendizagem feito *com* o sujeito e não *para* o sujeito, que explore e conheça o contexto sociocultural no qual o sujeito está inserido.

O modelo sintetiza um processo de ensino-aprendizagem que visa integrar e fazer sentido para os sujeitos envolvidos, de modo que eles se enxerguem como partícipes ativos, se vejam

Essa concepção nos possibilita adentrar em um processo que, para além da mobilização de habilidades, atitudes e conhecimentos, quais sejam considerados aqui (informáticos, comunicativos e informativos), também considera: 1) a intenção, entendida como interesse, aspectos motivacionais e estímulo ao querer fazer dentro deste contexto e, 2) o comportamento, compreendido como o movimento de ação cognitiva e prática, que levará ao andamento de uma ação transformadora desses sujeitos. Desse modo, temos habilidades, atitudes, conhecimentos, intenção e comportamento como componentes da ColInfo mobilizados com o objetivo de gerar um processo de desenvolvimento contínuo, com estímulo ao pensamento crítico, à independência e à emancipação social.

Neste sentido, esta proposta teórica busca auxiliar o sujeito a identificar e compreender suas necessidades informacionais, mobilizar conhecimentos prévios e utilizar de diferentes meios para localizar, selecionar, recuperar, organizar, avaliar, produzir, compartilhar e divulgar as informações que necessite de maneira adequada, eficiente, crítica e ética, atendendo suas demandas, seus direitos e deveres e para ser pleno exercício da cidadania. E, para que enquanto cidadão, possa também contribuir para o seu bem-estar e qualidade de vida, assim como o da sua comunidade, e para a manutenção e construção de sociedades livres e democráticas.

Devemos salientar que esta é uma proposta teórica em andamento, com o objetivo de atingir as metas da equidade e justiça social. Ao adotar esta visão, transitamos por autores e autoras que apresentam esta abordagem a partir das vertentes mais tradicionais da ColInfo, mas com um enfoque em suas relações com vulnerabilidades e emancipação social, como por exemplo em Dudziak (2007), Chakravarty (2008), Uribe-Tirado (2013) e Righetto e Vitorino (2019), bem como com autores e autoras que abordam os estudos da Competência Crítica em Informação, como Elmborg (2006), Bezerra *et al.* (2019), Bezerra, Schneider e Saldanha (2019), Vitorino (2016), Seale (2016) e Martin Vanduciel (2018). Adentramos, também, na importância do reconhecimento do contexto sociocultural desses sujeitos, no reconhecimento de suas vulnerabilidades, na sua participação e presença em grupos socialmente minoritários e marginalizados, assim como desdobraremos para propostas futuras de ações práticas socialmente responsáveis, exercidas no âmbito das bibliotecas e unidades de informação.

complexidades muitas vezes inerentes a isso. Elas se esforçam para nunca pensar de forma simplista sobre questões complicadas e sempre considerar os direitos e necessidades de outras pessoas relevantes. Elas reconhecem as complexidades em se desenvolver como pensadores e se comprometem com a prática ao longo da vida, em direção ao autoaperfeiçoamento [...] "(ELDER, 2007, tradução nossa).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposição desta pesquisa foi discutir a justiça informacional, social, racial e de gênero dentro de bibliotecas e unidades de informação, a partir do exame de teóricos e pesquisadores do campo biblioteconômico-informacional e correlatos e, apresentar, como uma das alternativas para atingirmos as metas da equidade e justiça social, um modelo teórico embasado em estudos da subárea da Competência em Informação.

Verificamos a conceituação multifacetada de justiça social nas sociedades, a partir dos apontamentos de Kay Mathiesen (2015), e ressaltamos suas três abordagens: justiça distributiva, justiça participatória e justiça de reconhecimento. Na sequência, nossa discussão teórica-conceitual abordou o combate às injustiças sociais, informacionais, raciais e de gênero dentro das bibliotecas e da profissão bibliotecária e ressaltamos a falácia da neutralidade profissional e da biblioteca, assim como a importância do compromisso social, ético e democrático para verdadeira desconstrução de comportamentos profissionais que atendem a um sistema opressor.

Nosso desfecho apresentou uma alternativa para atingir metas de equidade e justiça social, por meio de um modelo teórico baseado em Colnfo. O modelo foi elaborado a partir de considerações freirianas e sintetizou um processo de ensino-aprendizagem, no qual, o sentido aos sujeitos envolvidos, é uma prerrogativa imprescindível. A proposta do modelo teórico teve como foco o auxílio ao sujeito para que o mesmo possa identificar e compreender suas necessidades informacionais, mobilizar conhecimentos prévios e utilizar diferentes meios para localizar, selecionar, recuperar, organizar, avaliar, produzir, compartilhar e divulgar as informações que necessite de maneira adequada, eficiente, crítica e ética, atendendo suas demandas, seus direitos e deveres e para o pleno exercício da cidadania e transformação social. Por fim, é importante ressaltar que essa é uma primeira discussão de uma série de publicações que darão sequência a este estudo inicial, aprofundando o conhecimento das teorias aqui mencionadas, e adentrando aos aspectos práticos que envolvem desde a preparação de bibliotecárias e bibliotecários para o contexto de justiça social, como a elaboração de programas de Colnfo com enfoque na justiça social.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de Doutorado às autoras - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, Jeanie. Restorative justice as a tool to address the role of policing and incarceration in the lives of youth in the United States. **Journal of Librarianship and Information Science**, v. 52, n. 1, p. 106-120, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0961000618787979>.
- AUSTIN, Jeanie. Representative library collections as a response to the institutional oppression of LGBTQ Youth of color. **The International Journal of Information, Diversity, & Inclusion**, v. 3, n. 1, p. 91-111, jan. 2019. Disponível em: <https://jps.library.utoronto.ca/index.php/ijidi/article/view/32269/24690>
- BEZERRA, Arthur Coelho et al. **iKritika**: estudos críticos em informação. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. Cap. 1-2.
- BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco; SALDANHA, Gustavo Silva. Competência crítica em informação como crítica à competência em informação. **Informação & Sociedades: Estudos**, João Pessoa, v. 29, n. 3, p. 5-22, jul./set. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/47337>. Acesso em: 28 jun. 2021.
- BRANUM, Candise. The myth of library neutrality. **Papers**, 2008. Disponível em: <https://candisebrnum.wordpress.com/publications/> Acesso em: 10 maio. 2021.
- CONNELL, Raewyn. Questões de gênero e justiça social. **Século XXI: Revista de Ciências Sociais**, v. 4, n. 2, p. 11-34, jul./dez.2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/17033/0>
- CHAKRAVARTY, Rupak. Information literacy in the knowledge society: empowering learners for a better tomorrow. *In*: TRENDS AND STRATEGIC ISSUES FOR LIBRARIES IN GLOBAL INFORMATION SOCIETY, Chandigarh, India, 2008. **Conference paper**. Chandigarh, India: e-lis, 2008. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/11393/>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- DUDZIAK, Elizabeth Adriana. O bibliotecário como agente de transformação em uma sociedade complexa: integração entre ciência, tecnologia, desenvolvimento e inclusão social. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 88-98, jun. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1396>. Acesso em 14 mar. 2021.
- ELMBORG, James. Critical information literacy: implications for instructional practice. **Journal of Academic Librarianship**, v. 32, n. 2, p. 192–199, March 2006. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0099133305001898#>. Acesso em: 27 mar. 2014.
- ELDER, Linda. **Critical Thinking**: Where to Begin. Tomales, CA: Foundation for Critical Thinking, 2007. Disponível em: <http://www.criticalthinking.org/pages/critical-thinking-where-to-begin/796>. Acesso em: 02 fev. 2021.
- ESPINAL, Isabel. A new vocabulary for inclusive librarianship: Applying whiteness theory to our profession. *In*: CASTILLO-SPEED, Lilliam (Ed.). **The power of language/El poder de la palabra**: Selected papers from the second REFORMA National Conference. Englewood, CO: Libraries Unlimited, 2001. p. 131-149.
- ESPINAL, Isabel. Wanted: Latino Librarians. **Library Journal**, out. 2003. Disponível em: <https://www.libraryjournal.com/?detailStory=wanted-latinolibrarians>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- ESPINAL, Isabel. The Diversity Mandate. **Library Journal**, may. 2010. Disponível em: <https://www.libraryjournal.com/?detailStory=the-diversitymandate>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GIBSON, Amelia N.; CHANCELLOR, Renate L.; COOKE, Nicole A.; DAHLEN, Sarah P.; LEE, Shari A.; SHORISH, Yasmenn L. Libraries on the frontlines: Neutrality and social justice. **Equality, Diversity and Inclusion: An International Journal**, n. 36, v. 8, p. 751-766, nov. 2017. Disponível em: 10.1108/EDI-11-2016-0100.

GORHAM, Ursula; TAYLOR, Natalie Greene; JAEGER, Paul T. Volume Editors' Introduction: "Libraries as Institutions of Human Rights and Social Justice. **Advances in Librarianship**, p. 1-12, feb. 2016. Disponível em: 10.1108/s0065-283020160000041001

HONMA, Todd. Trippin' over the color line: the invisibility of race in library and information studies. **InterActions: UCLA Journal of Education and Information Studies**, v. 1 n. 2, p. 1-36, jun. 2005. Disponível em: <https://digitalnais.org/wp-content/uploads/2013/09/eScholarship-UC-item-4nj0w1mp.pdf>

HORTON, Myles; FREIRE, Paulo. **We make the road by walking: Conversations on Education and Social Change**. Philadelphia, PA: Temple University Press, 1990.

HUDSON, David James. On 'Diversity' as Anti-Racism in Library and Information Studies: a critique. **Journal of Critical Library and Information Studies**, v. 1, n.1, p. 1-36, 2017. Disponível em: <https://journals.litwinbooks.com/index.php/jclis/article/view/6/2>

IVERSON, Sandy. Librarianship and resistance. In: LEWIS, Alison M. (Ed.). **Questioning Library Neutrality: Essays from Progressive Librarian**. Duluth, MN: Library Juice Press, 2008. p. 25-31.

JOSEY, Elonnie J. **The Black Librarian in America**. Metuchen: Scarecrow Press, 1970.

JOYCE, Steven; SCHRADER, Alvin. Hidden perceptions: Edmonton gay males and the Edmonton Public Library. **Canadian Journal of Information and Library Science**, v. 22, n. 1, p. 19-37, jan. 1997. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/234558079_Hidden_Perceptions_Edmonton_Gay_Males_and_the_Edmonton_Public_Library

LA PEÑA MCCOOK, Kathleen. Social justice, personalism, and the practice of librarianship. **Catholic Library World**, v. 72, n. 2, p. 80-84, dec. 2001. Disponível em: https://www.academia.edu/16275145/_Social_justice_personalism_and_the_practice_of_librarianship_Catholic_worker_movement_and_ALA_Social_Responsibilities_Round_Table._

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Editora Cultrix, 2019.

MARTIN VALDUNCIEL, M. Engracia. Alfabetización informacional y biblioteca neoliberal: hacia un nuevo paradigma. **Información, Cultura y Sociedad**, Buenos Aires, v. 39, p. 129-138, dic. 2018. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/ICS/article/view/5293>. Acesso em 28 jun. 2021.

MATHIESEN, Kay. Informational Justice: A Conceptual Framework for Social Justice in Library and Information Services. **Library Trends**, v. 64, n. 2, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/lib.2015.0044>

MATHIESEN, Kay. Human Rights without Cultural Imperialism. In: JAEGER, Paul (ed.). **Perspectives on Libraries as Institutions of Human Rights and Social Justice**. West Yorkshire, England: Emerald Publishing, 2016. p. 265-286.

MEHRA, Bharat; BRAQUET, Donna. A "queer" manifesto of interventions for libraries to come out of the closet! A study of "queer" youth experiences during the coming out process. **Library and Information Science Electronic Journal**, v. 16, n. 1, p. 1-30, jan. 2006. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/238689260_A_Queer_Manifesto_of_Interventions_for_Libraries_to_Come_Out_of_the_Closet_A_Study_of_Queer_Youth_Experiences_during_the_Coming_Out_Process

MEHRA, Bharat. Introduction: Social Justice in Library and Information Science & Services.

Library Trends, v. 64, n. 2, p. 179-197, 2015a. Disponível em:

<https://muse.jhu.edu/article/610075>

MEHRA, Bharat. Social Justice in Library and Information Science and Services. **Library trends**,

Illinois, v. 64, n. 2, p. 179–197, 2015b. Disponível em:

<https://www.ideals.illinois.edu/handle/2142/89744>

MEHRA, Bharat; ALBRIGHT, Kendra S.; RIOUX, Kevin. A Practical Framework for Social Justice Research in the Information Professions. **Proceedings of the American Society for Information Science and Technology**, v. 43, n. 1, p. 1–10, oct. 2007. Disponível em:

10.1002/meet.14504301275.

MEHRA, Bharat; HERNANDEZ, Lisette. Libraries as Agents of Human Rights Protection and Social Change on Behalf of Sexual Minorities in India: An Action-Based Manifesto for Progressive Change. *In*: GORHAM, Ursula; TAYLOR, Natalie Greene; JAEGER, Paul T. (ed). **Perspectives on Libraries as Institutions of Human Rights and Social Justice**. Bingley, UK: Emerald Group Publishing Limited, 2017 (Advances in Librarianship Series).

MILLER, David. **Principles of social justice**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999.

MORALES, Myrna; KNOWLES, Claire; BOURG, Chris. Diversity, social justice, and the future of libraries. **Portal: Libraries and the Academy**, v. 14, n. 3, p. 439-451, jul. 2014. Disponível em:

<https://eric.ed.gov/?id=EJ1038262>

MURITHI, Tim. Practical peacemaking wisdom from Africa: Reflections on Ubuntu. **Journal of Pan African Studies**, v. 1, n. 4, p. 25–34, jun. 2006. Disponível em:

http://www.jpanafrican.org/docs/vol1no4/PracticalPeacemakingWisdomFromAfrica_JPASvol1no4.pdf

NAIDOO, Jamie Campbell **The importance of diversity in library programs and material collections for children**. Chicago: Association for Library Service to Children, 2014.

PATEMAN, John; VINCENT, John. **Public Libraries and Social Justice**. London: Routledge, 2010.

RIGHETTO, Guilherme Goulart; VITORINO, Elisete Vieria. **#TRANSliteracy: competência em informação voltada às pessoas trans***. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019. p. 73-126.

RIOUX, Kevin. Teaching Social Justice in an Information Literacy Course: an Action Research Case Study. **Qualitative and Quantitative Methods in Libraries (QQML) Special Issue Social Justice, Social Inclusion**, p. 23-30, 2014.

SAMEK, Toni. The library bill of rights in the 1960s: one profession, on ethic. **Library Trends**, v. 45, n. 1, p. 50-60, summer 1996. Disponível em:

https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/8073/librarytrendsv45i1e_opt.pdf?sequence=1&isAllowed=y

SAMEK, Toni. **Librarianship and Human Rights: a twenty-first century guide**. Inglaterra: Chandos Publishing, 2007.

SAMEK, Toni. Critical Reflection on Librarianship and Human Rights: a Book and Continuing Endeavor. **Perspectives on Libraries as Institutions of Human Rights and Social Justice**, v. 41, p. 245-263, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/S0065-283020160000041010>

- SCHLESSELMAN-TARANGO, Gina. The legacy of Lady Bountiful: White women in the library. **Library Trends**, v. 64, n. 4, p. 667-686, spring 2016. Disponível em: <https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/94935/64.4.schlesselman.tarango.pdf?sequence=2&isAllowed=y>
- SEALE, Maura. Enlightenment, neoliberalism, and information literacy. **Canadian Journal of Academic Librarianship**, Toronto, p. 80–91, Jan. 2016. Disponível em: <https://cjal.ca/index.php/capal/article/view/24308>. Acesso em: 28 jun. 2021.
- SEGATO, Rita. Aníbal Quijano y la perspectiva de la colonialidad del poder. In: SEGATO, Rita. **La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda**. 2. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018. p. 35-67.
- SILVA, Franciéle C. Garcês da. Colonialidade do saber e dependência epistêmica na Biblioteconomia: reflexões necessárias. In: CARDONA, Natalia Duque; SILVA, Franciéle C. Garcês da. (org.). **Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação: contribuições da Colômbia e do Brasil**. Florianópolis: Rocha, 2020. p. 119-202. (Selo Nyota).
- URIBE-TIRADO, A. **Lecciones aprendidas en Programas de Alfabetización Informacional en universidades de Iberoamérica**: propuestas de buenas prácticas. 2013. 406 f. Tesis (Doctoral en Información y Comunicación) - Universidad de Granada, Granada, 2013.
- VINCENT, John. The role of public libraries in social justice. **Prometheus**, v. 30, n. 3, p. 349–351, Sept. 2012. Disponível em: 10.1080/08109028.2012.702057.
- VITORINO, Elisete Vieira. Análise dimensional da Competência Informacional: bases teóricas e conceituais para reflexão. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 421–440, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2420/2159>. Acesso em: 25 abr. 2021.
- YOUNG, Iris Marion. **Justice and the politics of difference**. Princeton: Princeton University Press, 2011.